

LEITURA DINÂMICA

Os números da Fipe confirmam a alta da inflação e os empresários manifestam-se perplexos diante desta tendência e dos rumores crescentes de um novo choque. Desta vez, no horizonte do governo está a liberalização das tarifas de importação, contra a escalada interna dos preços. Na página seguinte, a proposta do governista paulista de trocar seus títulos podres por títulos bons do governo federal recebe adesões: Estados formam bloco para negociação em separado das dívidas. E o ministro Passarinho, em reunião com líderes do governo, detectou resistências entre senadores governistas a pontos do emendão. Na 8, o difícil ano de 92, segundo a proposta orçamentária do governo. E os bancos reajustam suas tarifas entre 100% e 120%. Na 9, Menem comemora a queda da inflação e a volta do crescimento.

Os empresários, perplexos com a crise.

Enquanto em Brasília os secretários de Fazenda prosseguem as negociações para a rolagem das dívidas dos Estados — um ponto-chave para a aprovação do Emendão (veja matéria na página seguinte) —, os empresários paulistas, reunidos ontem na sede da Fiesp, declaravam-se perplexos, na definição do presidente da Metal Leve, José Mindlin, com a escalada inflacionária que, aliada ao aumento das taxas de juros e aos boatos de um novo choque econômico, está criando, na sua interpretação, um ambiente de intranquilidade. Contribui para essa conclusão a notícia de que o ministro Jarbas Passarinho está detectando dificuldades para a aprovação de alguns pontos do Emendão entre os próprios senadores governistas (veja também na página seguinte).

Um dos primeiros reflexos dessa preocupação é a análise que se fez do desempenho do nível de emprego na indústria paulista, que na terceira semana de agosto permaneceu inalterado, demonstrando cautela por parte das empresas, que deixaram de contratar mas também não demitiram. A preocupação com essa situação foi discutida na reunião da diretoria da Federação das Indústrias do Estado (Fiesp), na qual foi apresentada uma pesquisa da consultoria Dun & Bradstreet do Brasil que aponta maiores dificuldades para o terceiro trimestre do ano em comparação ao mesmo período de 1990.

O resultado da pesquisa, realizada com 453 empresas, mostra que 64% estão trabalhando com a hipótese de redução nas vendas líquidas, 82% acreditam que o lucro líquido também cairá e 72% não apostam no crescimento do preço de vendas. Para 58% das pesquisadas em vários setores, o nível de estoques deverá cair. Na indústria, especificamente, 57% apostam nessa tendência e no comércio isso representa 58% dos entrevistados. O nível de emprego deverá cair, na opinião de 62% dos pesquisados, e permanecerá estável, para 27%. Na área industrial, 65% das empresas acreditam em nova onda de demissões e 27% acham que é possível manter a estabilidade, com apenas 8% acreditando em novas contratações.

Choque liberal

O presidente da Fiesp, Mário Amato (um dos que apóiam o Emendão), lembra que a taxa de juros dificulta a produção, mas não é impossível trabalhar com ela. Amato prefere creditar boa parte da situação, que pode levar a uma estagnação, à "central de boatos" que tem trabalhado ativamente, e à alta dos juros. Em meio a tudo isso, teme-se que uma das alternativas do governo seja a aplicação de um "choque liberal", com redução de alíquotas de importação de produtos.

"Reducir alíquotas é parte da política industrial, só tem de ser feita com vantagens compensatórias para o País e não como um instrumento de combate à inflação", afirma José Mindlin. Para Aldo Lorenzetti, presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletrônica (Abinec), isso só seria viável se fossem oferecidas condições de igualdade para as empresas brasileiras competirem com as estrangeiras. "Não há ambiente para isso, além das altas taxas de juros a recessão inibiu investimentos".

A proposta de um entendimento nacional volta a ser cogitada pelos empresários. Mindlin, da Metal Leve, prefere chamar o entendimento de "um mutirão para tirar o País da atual situação". O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, disse que vai conversar com empresários, trabalhadores, governadores e parlamentares para tentar buscar soluções que posteriormente poderiam ser enviadas ao governo.



José Mindlin:
"Redução de
alíquotas de
importação não
pode ser
instrumento de
combate à
inflação".

Liberal ou ortodoxo, o choque deve vir. É o que pensam os economistas.

Um novo choque econômico é inevitável? A questão — seja um choque ortodoxo, heterodoxo ou liberal — divide os economistas, mas a resposta mais provável é sim, dentro de mais alguns meses, a menos que o Emendão seja aprovado e o governo consiga ganhar confiança. Mas se a saída for o choque liberal, que estaria sendo estudado pelo governo, alguns economistas lembram que ele não pode se resumir a uma redução nas alíquotas de importação. É preciso haver uma redução de tributos e instrumentos eficazes de controle do déficit público.

O ex-ministro e deputado federal Antônio Delfim Netto argumenta: "Eu não diria que o choque é inevitável, mas as condições de hoje são muito difíceis. É preciso reconquistar a confiança das pessoas. Se não houver uma ação oficial, os preços continuarão subindo".

**"Confrontado
com a inflação, o governo
faz besteira."**

Segundo Delfim, política monetária é extremamente eficaz quando a inflação é produzida pelo setor privado. "Aí o governo derruba a demanda e os investimentos. Mas o juro espanhoso de hoje tem um efeito devastador sobre a oferta. O governo tem que reconhecer esse problema, e mais dois ou três meses, será confrontado com uma enorme elevação de preços. E, confrontado, ele faz besteira", acrescenta.

Para o professor da FGV-SP e ex-diretor da dívida pública do Banco Central, Paulo Alkimar Rodrigues Moura, o choque pode ser inevitável se as expectativas forem crescentes. "É a profecia que se auto-realiza. Todos

vão se preparando contra o choque e ele ocorre. As empresas aumentam os estoques, contratam menos operações de câmbio, cresce a procura por crédito, são feitas posições especulativas em dólares. Como na profecia grega, Édipo vai matar o pai para casar-se com a mãe. Mas ainda há espaço para soluções convencionais, via negociação do Emendão, tornando o choque desnecessário".

Yoshiaki Nakano, também professor da FGV-SP, acredita que uma medida drástica é inevitável, mas não já. "O momento é imprevisível, pois quem define o choque são os empresários, os banqueiros, os especuladores, os formadores de opinião, os jornalistas, que podem ajudar ou até desarmar um choque".

Nakano prevê a aceleração gradual da inflação e, "inevitablemente, um choque deverá vir no começo do ano que vem". Segundo ele, a política monetária não vai funcionar e os juros irão para os preços.

**O governo
não explica a reforma
tributária**

"Nós não temos os requisitos institucionais para acabar com a inflação. Em algum momento teremos que fazer algo parecido com o Emendão, mas uma reforma dessa natureza não poderia ser conduzida de forma tão desastrada". E Nakano lança uma pergunta: "Como pedir à sociedade que abra mão da anualidade tributária se o governo não explica que reforma tributária quer fazer e que Estado vai sobrar depois?"

O economista José Augusto Arantes Savasini, ex-secretário-geral da Sepplan, também "vê o

choque como inevitável, mas não já". Segundo ele, antes é preciso que haja condições políticas. "Ou seja, as coisas terão que estar mais deterioradas. Com uma inflação entre 16% e 17% em setembro e outubro, o governo tentará evitá-lo com juros altos, controles de preço e negociação com o Congresso. Mas quando a inflação subir mais, a sociedade pedirá um novo choque".

O professor da Faculdade de Economia e Administração da USP, Ruben Almonacid, pensa de forma semelhante: "No rumo que o governo está, o choque é inevitável. Nada foi feito na direção certa", diz Almonacid, referindo-se à necessidade de um choque liberal na economia.

**"O choque
liberal deve sanear
o Estado**

O que é um choque liberal? Se for somente abrir a economia a mais importações, para que os bens que custam mais barato lá fora pressionem a queda da inflação aqui dentro, a desconfiança dos economistas é quase unânime. Um choque liberal, segundo Almonacid, é uma revolução que deve sanear o Estado. "Que tire as lombadas que impedem o desenvolvimento, como o excesso de tributos". Para Savasini, "abrir a economia não adianta, pois se a sociedade não acredita nos títulos do governo, ele tem que mostrar que é capaz de gerar superávit".

Para Alkimar Moura, a situação cambial não é tão folgada que permita liberalizar as importações, com efeitos imediatos sobre os preços. "No ano passado, o governo tentou isso e teve que retroceder", lembra.

Fábio Pahim Jr.